

DIALOGANDO COM LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS SOBRE PARTICIPAÇÃO: UM ESTUDO SÓCIO-PSICOLÓGICO

DIALOGUING WITH COMMUNITY LEADERS ABOUT PARTICIPATION: A SOCIO-PSYCHOLOGICAL STUDY

Léo Barbosa Nepomuceno 1
Alex Viana de Brito 2
Cezar Wagner de Lima Góis 3

RESUMO

O presente artigo propõe-se a discutir compreensões e experiências de lideranças comunitárias com o tema da participação comunitária. Constitui-se de resultado parcial de pesquisa de campo exploratória, de abordagem qualitativa, pautada na análise de conteúdo. Tem como marco teórico-metodológico a Psicologia Comunitária, trazendo uma perspectiva sócio-psicológica de compreensão da participação comunitária. Discute pesquisas realizadas sobre participação no contexto da saúde ressaltando desafios e entraves existentes. As análises e discussões feitas, a partir das falas das lideranças comunitárias, apontam para concepções de participação comunitária ligadas a idéias de solidariedade com outro, de envolvimento e compromisso com o que é comum, da necessidade de buscar coletivamente melhorias para o bairro, da construção de conhecimentos sobre a comunidade e de valorização e desenvolvimento pessoal dos partícipes. A participação comunitária é colocada como um processo que expressa uma relação dialética de imbricação do sujeito comunitário com seu contexto de moradia.

Palavras-chave: *Participação Social; Comunidade; Saúde da Família.*

ABSTRACT

This study discusses the understanding and experiences of community leaderships concerning community participation. It presents the partial results of an exploratory field research with qualitative approach based on content analysis. Community psychology is the used theoretical-methodological referential. The study discusses studies addressing social participation in the health context and highlights challenges and barriers. The discussed and analyzed reports of community leaders indicate conceptions of community participation related to solidarity, involvement and commitment to the common, the need to collectively improve the neighborhood, to construct knowledge concerning the community, and participants' valorization and personal development. The community participation is set forth as a process that express a dialectic relation in which the community subject overlaps his/her housing context.

Key words: *Consumer participation; Community; Family Health.*

1 - Psicólogo. Doutorando em Saúde Coletiva – Universidade Estadual do Ceará – UECE/Universidade Federal do Ceará – UFC. Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará – UFC. Especialista com Residência Multiprofissional em Saúde da Família – EFSFVS. Membro do Corpo Docente da Residência Multiprofissional em Saúde da Família - EFSFVS.
2 - Estudante do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Ceará - *Campus* Sobral.
3 - Psicólogo. Doutor em Psicologia pela Universidade de Barcelona. Professor Adjunto do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Ceará – UFC - *Campus* Fortaleza.

1 INTRODUÇÃO

A participação social é um tema de fundamental importância para o campo saúde. No Brasil, o Sistema Único de Saúde (SUS) fora gestado e construído historicamente por processos participativos e reivindicatórios. Seus princípios e diretrizes expressam uma articulação direta e indireta entre saúde e democracia, entendendo a saúde como direito social e como processo influenciado por determinações sociais, onde a participação da sociedade é de suma importância para sua efetivação (CAMPOS, 2007; ESCOREL, 1999). A Estratégia de Saúde da Família (ESF) incorpora em seus eixos doutrinários e de diretrizes a participação comunitária buscando que a atenção à saúde seja construída a partir de laços de compromisso e co-responsabilidade entre comunidade e profissionais de saúde (BRASIL, 2005).

Há, no entanto, diversos entendimentos e usos do termo “participação” de forma que precisamos sempre levar em consideração as concepções de diversos atores sociais, avaliar a diversidade de interesses em jogo e discutir as práticas consideradas de participação, nos diversos contextos e cenários pretensamente participativos.

Benno de Keijzer (2005) nos alerta sobre a existência, no contexto latino-americano, de uma contraditória “evangelização sanitária”, constituída nas práticas de educação e participação na saúde, as quais se disseminam contaminadas por elementos ideológicos de subordinação das classes populares. Para o autor, existem falhas nas práticas de educação e participação que se dão, principalmente, por uma visão limitada dos profissionais de saúde, tanto da realidade sócio-cultural da população, como das formas como os setores populares se posicionam frente ao processo saúde-doença-cuidado.

Antonio Ugalde (2006) é outro autor que vem destacar dimensões ideológicas da participação comunitária nos programas de saúde na América Latina. Segundo seu estudo, vários programas de saúde internacionais incorporam o termo participação comunitária de forma contraditória, apresentando dissonâncias entre discurso oficial e as práticas. As ações, portanto, são perpassadas por um ideário que valoriza e destaca a importância da participação e organização comunitária, mas se guiam por uma proposta de “manipulação de culturas e valores”.

Os estudos realizados por Ugalde e Keijzer trazem inquietações que nos motivam a pensar na participação comunitária em nossa realidade. Qual participação comunitária o SUS tem fomentado? Qual participação comunitária o SUS precisa para efetivar-se como

instrumento de efetiva democratização no Brasil? Será que os espaços de participação existentes proporcionam abertura e formação à experiência democrática?

A delimitação do termo participação comunitária requer, portanto, sempre uma clareza e precisão que possam desvelar as influências ideológicas que perpassam o constructo teórico.

Trabalhando a participação popular nas políticas públicas, Vitor Valla (1998), destaca que esta apresenta múltiplas concepções e entendimentos. Para o autor, existe uma dificuldade de compreensão entre os profissionais que trabalham nas políticas públicas (geralmente originados da classe média) e as classes populares. Os primeiros têm significativas dificuldades de perceber os interesses das classes populares, bem como de avaliar a realidade em que estas vivem. Por outro lado, uma descrença quanto às políticas praticadas no Brasil leva as classes populares a buscar a resolução de seus problemas e necessidades através de vias de participação diferentes das já estabelecidas nas políticas assistenciais.

Já Vazquez et al. (2003) analisaram opiniões e conceitos de participação social em saúde de usuários e lideranças comunitárias em dois municípios do Nordeste do Brasil. Focando a atenção na participação social nos serviços de saúde, o estudo revelou que as diversas concepções de participação, em sua maioria, ligavam-se à idéia de dever e colaboração com os serviços de saúde. Tal participação foi concebida como adequação, como utilização dos serviços de saúde e pouco se evidenciou a participação como gestão do serviço de saúde. Apesar de, dentre as concepções evidenciadas no estudo, a participação é concebida como mobilização da população na reivindicação de direitos e fiscalização da atuação dos serviços, só limitadamente as concepções coincidiram

A Estratégia de Saúde da Família (ESF) incorpora em seus eixos doutrinários e de diretrizes a participação comunitária buscando que a atenção à saúde seja construída a partir de laços de compromisso e co-responsabilidade entre comunidade e profissionais de saúde.

A participação, portanto, é um processo de aprofundamento da inserção social e transformação da realidade, onde o sujeito deixa sua marca na história e é por esta marcado.

com o tipo de participação contemplado nas políticas (como gestão do sistema de saúde nas diversas esferas).

Um estudo sobre o ainda chamado Programa de Saúde da Família aponta significativa ausência do morador-usuário como protagonista na produção de seu cuidado na relação com o trabalhador e a equipe, visto que ainda a população é colocada fora do âmbito das decisões sobre o que lhe diz respeito nas ações de saúde (MATUMOT *apud* CREVELIM; PEDUZZI, 2005).

Essa pequena revisão de literatura sobre o tema nos coloca diante do enorme desafio de efetivar práticas genuinamente participativas, bem como buscar novos saberes sobre os temas da participação social e comunitária. Novamente trazemos algumas indagações. O que é realmente a chamada participação social? E como essa se constrói no contexto comunitário pelos moradores? Como os diversos atores sociais entendem que se constrói esse processo? Onde a participação comunitária se concretiza?

Entendemos que é de suma importância não restringirmos as discussões sobre participação comunitária aos espaços acadêmicos e científicos, nem nos limitarmos a refletir e agir sobre esse processo nos cenários instituídos das políticas públicas. Consideramos que é fundamental dialogarmos com saberes e práticas populares para refletir com mais propriedade sobre os processos participativos, principalmente, quando nos propomos a pensá-los no contexto comunitário.

1.1 A Participação Comunitária sob o Olhar da Psicologia Comunitária

O marco teórico-conceitual para pensarmos o fenômeno da participação comunitária é a Psicologia Comunitária, concebida aqui como área da Psicologia Social da Libertação (GÓIS, 2005). Esta se origina e se desenvolve a partir de eixos teórico-metodológicos da Teoria Histórico-Cultural (Vigotsky), Teoria Rogeriana (C. Rogers), Biodança (Rolando Toro), Educação Biocêntrica

(Ruth Cavalcante) e Pedagogia da Libertação (Paulo Freire). Caracterizada assim, a Psicologia Comunitária situa-se dentro de um movimento de transformação histórica da Psicologia Social na América Latina, que afirma a necessidade de um compromisso social com as maiorias populares. É importante destacar que a Psicologia Comunitária assenta-se na perspectiva de uma Psicologia materialista histórico-dialética, que propõe a superação da dicotomia entre as influências da maturação biológica e do meio ambiente nos fenômenos psicológicos, a partir da perspectiva interacionista-dialética, que integra elementos de maturação e da influência do meio ambiente (cultural, material e histórico) na compreensão genética dos fenômenos psicológicos.

A Psicologia Comunitária estuda os significados, sentidos, sentimentos individuais e coletivos do modo de vida da comunidade (GÓIS, 2005) e orienta-se para a mudança social e para a construção de sujeitos críticos e afetivos, problematizadores e transformadores da realidade, utilizando-se de métodos de inserção e atuação comunitária (GÓIS, 2005; MONTERO, 2004).

Dentro do campo da Psicologia Comunitária, o termo “participação” remete a fazer parte de algo, onde o fenômeno passa a ser algo “nosso” para os participantes. Maritza Montero destaca que há uma relação de dupla transformação, uma relação dialética onde “o participante constrói e modifica o objeto ou processo no qual participa, e pelo fato de fazer isso, é também transformado” (MONTERO, 1996). A participação, portanto, é um processo de aprofundamento da inserção social e transformação da realidade, onde o sujeito deixa sua marca na história e é por esta marcado. Aqui, portanto, olharemos a participação comunitária como um processo sócio-psicológico construído a partir das interações entre sujeitos comunitários entre si e com o mundo, das relações sociais construídas histórica e culturalmente em um contexto comunitário.

No presente texto, entendemos que “a participação social implica em que a pessoa influenciada pelas condições e situações histórico-sociais, que em geral lhe afetam material e ou existencialmente, decide participar de atividades socialmente significativas no lugar em que vive” (GÓIS, 2005). O modo de participação é um fator extremamente relevante para o desenvolvimento da consciência. No modo de participar, destacam-se como fundamentais a comunicação e o diálogo, bem como o papel de liderança que a pessoa exerce na atividade em que se envolve (GÓIS, 2005). A participação comunitária, por sua vez, é um tipo de participação social compreendido

*A participação
comunitária se dá com
o aprofundamento da
consciência, a prática
cooperativa e o exercício do
diálogo sobre as questões
comunitárias referentes à
vida da comunidade.*

dentro do âmbito das atividades comunitárias. E deve se constituir como processo dialógico e conscientizador para os partícipes de tais atividades.

Vários modos de participação social existem e devem ser levados em consideração e integrados nas estratégias de desenvolvimento de trabalhos comunitários. No entanto, compreendemos que grande força motriz de uma genuína atividade comunitária encontra-se nos *modos de participação social ativa*, que remetem a níveis significativos de envolvimento com determinado objeto da realidade ou tema através de compromisso, problematização, diálogo, ação-reflexão e aprofundamento da consciência (GÓIS, 2005). Destacamos aqui um processo dialético de imbricação do sujeito com a realidade, onde através da atividade o indivíduo transforma o mundo e a si mesmo, num processo em que objetivo e subjetivo encontram-se atrelados.

Este estudo, portanto, adota uma perspectiva psicológica do conceito de participação comunitária, vista a partir da co-participação ativa do sujeito no organismo comunitário. Cabe agora trabalharmos a importante diferenciação entre participação e mobilização social, afirmando, no entanto, a relação dialética existente entre ambas.

A primeira é condição intrínseca à atividade social consciente dos indivíduos, própria da consciência pessoal e em favor do próprio indivíduo e de sua coletividade; é a condição para a potenciação pessoal. No caso da mobilização social, esta é condição criada coletivamente através da participação dos indivíduos para que se garanta politicamente o controle social; é condição para a potenciação da coletividade. A participação social está na esfera pública do indivíduo, diz respeito à conduta pessoal voltada para a atividade

coletiva e solidária de superação dos problemas sociais e humanos. Por outro lado, a mobilização social está na esfera política da coletividade, está relacionada com o sujeito coletivo que assume seu lugar no controle da ação do Estado e da própria sociedade sobre os indivíduos, grupos, minorias, comunidades e população em geral (GÓIS, 2008).

Podemos perceber que se revela uma relação intrínseca e dialética entre mobilização social e participação social, mas que apresentam também suas nuances e singularidades. E essas nuances devem ser destacadas para que possamos melhor analisar os dois fenômenos. A mobilização está ligada a uma questão mais sociológica e de organização política de uma sociedade. Refere-se ao modo de organização e institucionalização empreendida por coletivos sociais para estarem facilitando, através da criação de espaços de encontro, a participação social. A participação social, por sua vez, refere-se fundamentalmente à esfera psicológica da cidadania, dos processos psicológicos ligados à consciência, de apreensão de si, do mundo e de si no mundo (e em sociedade). Fala de um sujeito colocado diante de si e das condições materiais de sua vida, em seu processo de inserção dialética num contexto histórico-cultural, que o faz decidir, por processos afetivo-volitivos, participar de determinadas atividades sociais significativas. Pensemos, portanto, por esse viés psicológico:

[...] participação é um conceito social do indivíduo, é um problema da consciência. A participação está na esfera pública do indivíduo. É o indivíduo se assumindo como alguém que se reconhece capaz de estar presente num processo coletivo de discutir, de debater e mudar uma dada realidade (GÓIS, 2008).

A participação comunitária se dá com o aprofundamento da consciência, a prática cooperativa e o exercício do diálogo sobre as questões comunitárias referentes à vida da comunidade. Se pensarmos a participação comunitária no contexto da saúde, por exemplo, devemos vislumbrar a construção de um sujeito-morador (usuário do SUS) ativo, produtor de sua história, protagonista na construção da saúde pessoal e comunitária. Nesse sentido, o que se deve buscar é a construção de processos de trabalho capazes de fomentar

e fortalecer uma atuação com a população, onde haja co-responsabilização e compromisso compartilhados entre a comunidade e a equipe de saúde.

Diante do exposto, discutiremos o que lideranças comunitárias falam sobre a participação comunitária a partir de suas experiências na comunidade de Terrenos Novos em Sobral - CE.

2 METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa se construiu muito ligada a uma postura epistemológica de comprometimento com a construção histórica da realidade, estudada a partir de um posicionamento a favor do fomento à participação comunitária nas políticas de saúde. O cenário do estudo é o bairro Terrenos Novos no município de Sobral (Ceará), onde está situado o Centro de Saúde da Família Dr. Everton Mont'Alverne. A escolha do cenário de estudo se deu pela experiência de trabalho do primeiro autor na realização de trabalhos na ESF local. Partindo de uma condição de *sujeito implicado e militante* (MEHRY, 2006), articula-se as condições de trabalhador e pesquisador tomando o cotidiano como o grande espaço de construção de conhecimentos e desenvolvimento de atuações na realidade.

Consistiu em pesquisa de campo exploratória, que adotou a abordagem qualitativa (MINAYO, 2006) para estudar a realidade social. Orientou-se por uma epistemologia situada nas Ciências Sociais que parte da compreensão do caráter histórico-cultural de seu objeto, entendendo o conhecimento como construção humana e social (GONZÁLEZ REY, 2002).

Utilizamos como estratégia de coleta e construção dos dados empíricos a realização de atividades grupais de problematização da realidade em 2 (dois) círculos de cultura (FREIRE, 1979; GÓIS, 2003; NASCIMENTO, 2005), junto a um grupo formado por 3 (três) profissionais da ESF e 3 (três) lideranças comunitárias, ambos atuantes no cenário do estudo.

Os dados foram observados com base na análise de conteúdo (BARDIN, 1977), com uso da técnica da análise temática do material empírico produzido a partir da transcrição dos diálogos realizados nos círculos de cultura com participantes da pesquisa. O material empírico produzido foi dividido em 3 (três) macro-temas, sendo: 1) participação comunitária; 2) trabalho da ESF; e 3) a relação entre participação comunitária e trabalho da ESF. No entanto, no presente artigo abordaremos somente o macro-tema "participação comunitária", destacando os temas pertinentes às concepções de participação

comunitária trazidas pelas lideranças comunitárias.

Foram resguardados os aspectos éticos e legais estabelecidos pela resolução nº 196/1996, do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e Ministério da Saúde (MS), que regulamenta a prática de pesquisas envolvendo seres humanos. Os sujeitos da pesquisa tiveram o livre arbítrio em participar da pesquisa, fornecendo seu consentimento livre e esclarecido, onde foi certificado que não haveria riscos à saúde. O sigilo e o anonimato foram garantidos.

3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

... A participação comunitária não tem horário, não tem tempo... a enchente não determina tempo, ela vem de madrugada e você tem que tá posto...

(Liderança Comunitária do território Terrenos Novos)

Analisaremos as falas construídas em atividades grupais de círculo de cultura, onde discutimos o tema. Discutiremos, portanto, expressões que demarcam compreensões sobre a participação comunitária a partir de vivências dos participantes da pesquisa com o tema em questão, no bairro em que vivem. Nem todas as falas e diálogos serão trazidos aqui, no entanto, algumas mais significativas serão citadas. Iniciemos com a fala abaixo:

Participação é... a gente tá nesse trabalho é... conhecendo um pouco as áreas, as famílias, tentando melhorar mais a nossa comunidade, eu acho assim. O meu conhecimento em comunidade é isso, é lutar para que a nossa comunidade venha melhorar mais. A gente levando algumas ações, levando reivindicações para os nossos governantes... os nossos... que

...a experiência de participação comunitária liga a atividade externa, com o uso de instrumentos e da linguagem, ao processo de aprofundamento da consciência sobre a realidade onde a ação se desenvolve.

podem assim, nos contribuir em termos de melhorar nossa comunidade (liderança 1).

A participação comunitária aponta para um conhecimento sobre as “áreas” do bairro e sobre a realidade das famílias do lugar, em busca de “melhorar mais” a comunidade. A relação com os governantes é também exposta como possibilidade de melhoria da comunidade, onde reivindicar é a ação colocada como expectativa de que os governantes possam contribuir. Aqui encontramos a integração entre um agir para transformar que remete ao aumento do conhecer a realidade, um compromisso com uma realidade compartilhada. Tais elementos remetem a uma concepção de participação comunitária ligada a uma visão de desenvolvimento local e um diálogo entre agentes internos e externos (governantes). Tal concepção trazida pelo usuário aproxima-se ao que é colocado pela Psicologia Comunitária (GÓIS, 2005; 2003). Vale destacar, no entanto, que é fundamental que haja uma “integração e relação pedagógica entre agente externo e comunidade, na qual se reconheça o papel e a importância de cada interlocutor na definição do rumo e do modo de desenvolvimento apropriados à realidade sócio-ambiental do lugar” (GÓIS, 2005). Nessa relação, é fundamental que a comunidade tenha voz, voto e veto (MONTERO, 2004) em todo o processo desenvolvimento comunitário.

É lícito enfatizar que aparece nas falas transcritas uma participação comunitária associada à construção de um conhecimento sobre o lugar comunidade, bem como com um envolvimento e uma busca por melhorias para a comunidade.

O conhecimento sobre a realidade é um dos resultados do processo de apropriação inerentes à atividade humana. A apropriação remete à interiorização da realidade como um processo ativo e de significação – remete ao ato de dar significado às coisas-, onde o indivíduo se apropria da realidade transformada e a reconstrói internamente de modo singular (GÓIS, 2005). Dessa forma a experiência de participação comunitária liga a atividade externa, com o uso de instrumentos e da linguagem, ao processo de aprofundamento da consciência sobre a realidade onde a ação se desenvolve.

Percebemos outra compreensão de participação comunitária exposta no grupo:

O que eu entendo por participação comunitária é essa questão da capacidade de você se preocupar com pessoas que não tem um vínculo familiar com você. A partir do momento que você pega,

então, uma família que tá necessitada, e eu boto aquilo na minha cabeça e fico angustiado, fico me preocupando, isso é[...] é assim, é você ter dentro de você esse dom, essa preocupação [...] Assim, a participação comunitária, eu vejo assim, é você ter a capacidade de amar seja lá quem for. Acima de tudo, amar o que você faz [...] Então, eu vejo assim, que participação comunitária é doação. É você acolher também, você ter essa preocupação (liderança 2).

Nesse ponto, vários elementos nos permitem pensar a participação comunitária como uma capacidade humana de solidarizar-se com o outro. Aqui a liderança comunitária, pautada na sua experiência, destaca a participação comunitária como uma “capacidade de você se preocupar” com pessoas que não fazem parte de sua família. Essa “preocupação” também é colocada como “angústia” frente a uma realidade presenciada, que chama para o envolvimento, como no caso de uma família que “tá necessitada”. A liderança em foco nos convida a pensar em sua história de vivência num bairro marcado pela pobreza econômica e exclusão social, onde a solidariedade, muitas vezes, pode ser a saída para a sobrevivência ou para a superação de desafios pessoais e comunitários. O participante também coloca uma dimensão bastante significativa da participação comunitária, em sua concepção: a dimensão do amor. Em sua opinião, a participação comunitária é uma prática de amor ao outro “seja lá quem for” e, “acima de tudo, amar o que você faz”. Aqui a “doação”, um movimento

...é fundamental que haja uma “integração e relação pedagógica entre agente externo e comunidade, na qual se reconheça o papel e a importância de cada interlocutor na definição do rumo e do modo de desenvolvimento apropriados à realidade sócio-ambiental do lugar”.

que parte do sujeito projetando-se no mundo, aparece como constituinte da participação comunitária. Podemos pensar que “amar o que se faz”, é amar e assumir as escolhas que se faz, envolvendo-se com a realidade comunitária ao seu redor.

Cabe aqui fazermos uma nova ponte com o que a Psicologia Comunitária coloca como próprio da atividade comunitária (onde se constrói a participação comunitária). É fundamental destacar que a participação se potencializa quando constituída em elementos ligados aos motivos comunitários e pessoais, a uma ação cooperativa e uma transformação solidária da realidade (GÓIS, 2005).

O mesmo participante desenvolve suas idéias e contribui para as discussões no grupo, ao falar:

É... e assim, acho que todo mundo tem, dentro de si, esse espírito de participação e aí cabe-nos, assim, não deixar que isso morra [...] Tem algumas coisas que tem e desanimam a gente? Tem, mas assim, tem gente, que elas desistem muito fácil. No primeiro obstáculo, ela: ‘puxa’... e dali já desanima, mas todo mundo assim... eu vejo que muita gente, muitas pessoas tem esse espírito de cooperação, de participação, mas que diante das dificuldades, que são muitas, aí vai e desiste (liderança 2).

Para ele, o “participar” aparece como inerente aos processos humanos. Destaca que “esse espírito de participação”, esse “espírito de cooperação” está dentro de todos, é algo que todos têm. No entanto, também destaca o caráter de construção desse processo, o qual precisa ser cuidado para “não deixar que isso morra” dentro de cada um. A realidade aparece impondo obstáculos e dificuldades para a participação e isso, pela experiência colocada, desanima muitas pessoas, que

A atividade comunitária remete a uma atividade pessoal e coletiva, socialmente significativa, que responde às demandas da comunidade e dos indivíduos.

acabam desistindo de participar, de cooperar. A fala de uma liderança investigada vem corroborar com essa idéia:

Então participação comunitária, no meu entendimento, é isso, né. É do envolvimento e da doação. E se isso não é alimentado, se isso não é cuidado né, as pessoas vão perdendo o encantamento né, dessa participação. E vai “não, isso é desse jeito mesmo” e aí a gente vai cansando. E é esse o sentimento que eu tenho hoje (liderança 3).

Tomando pelo já discutido até aqui, podemos inferir que a participação comunitária é uma possibilidade inerente a todos os moradores, capaz de gerar redes de solidariedade, conhecimentos sobre a realidade do lugar e das famílias, mas que não se constitui como um processo fácil de ser construído. É um processo que precisa ser alimentado e “cultivado” cotidianamente, para que não se caia no fatalismo (MARTÍN-BARÓ, 1998) e na aceitação passiva da realidade comunitária.

O caráter dialético da relação do indivíduo com a sociedade e com o mundo é destacado aqui. Numa perspectiva interacionista dialética, podemos ver integrados aqui elementos próprios do ser humano, mas que somente se desenvolvem a partir de sua ação no mundo, revelando que o desenvolvimento do humano se dá por processos interativos de ação no mundo, em um contexto histórico-cultural. Para compreender a participação comunitária, podemos nos remeter à relação entre atividade comunitária e consciência, algo que é possível de ser pensado a partir das concepções de participação comunitária expostas aqui.

A atividade comunitária remete a uma atividade pessoal e coletiva, socialmente significativa, que responde às demandas da comunidade e dos indivíduos. Revela-se como uma unidade de ação instrumental-comunicativa nascida do contexto comunitário. Enquanto atividade humana apresenta uma dimensão externa e uma interna. Revela o elo indissolúvel entre mundo externo e interno, entre objetividade e subjetividade; tem em um dos pólos o objeto da atividade e no outro o sujeito. É um processo pelo qual se realizam as transformações recíprocas entre sujeito e objeto (GÓIS, 2005). A participação comunitária, portanto, revela-se como algo que se constrói na atividade comunitária. Sua força transformadora dos sujeitos e da realidade depende de como se configuram os processos comunicativos e instrumentais, do desenvolvimento do diálogo e da

cooperação. Depende de como essa atividade comunitária se configura como processo subjetivo.

Prossigamos com outras falas no intuito de ampliar a concepção sobre participação comunitária a partir da experiência e saber das lideranças:

Se a gente realmente tem vivido o termo comunidade, do que é comum. É que, a meu ver, só há participação comunitária se, de fato, a gente vivenciar o sentimento de estar numa comunidade. De viver o que é comum [...] E vinha dizendo que, a meu ver, a participação comunitária é o envolvimento e o comprometimento com o que é comum, né. Qual é os sonhos comuns dessa comunidade? [...] Então essa participação, ela parte disso, de uma opção pessoal, de uma dedicação pessoal (liderança 3).

Outros elementos, portanto, vêm contribuir para a discussão realizada no grupo. O participante começa sua fala questionando até que ponto se vive o termo comunidade e destaca a relação entre esse “viver o que é comum”, “vivenciar o sentimento de estar numa comunidade”, com a participação comunitária. Ele destaca que a participação comunitária parte da pessoa, da pessoa que compartilha a vida em comunidade, que se envolve e que se compromete com o que é comum, pois se sente partícipe dessa coletividade. A participação comunitária constitui-se a partir da “opção pessoal” e requer uma dedicação das pessoas. O participante indaga ainda quais “os sonhos comuns dessa comunidade” e nos convida a pensar que a participação comunitária nasce de uma realidade de vida compartilhada e de vontades coletivas de mudança de um lugar comunidade. E, ao mesmo tempo, a participação comunitária nasce desse processo de ter sonhos comuns a buscar e é a partir dela que se constroem os mesmos sonhos.

A atividade comunitária remete a uma atividade pessoal e coletiva, socialmente significativa, que responde às demandas da comunidade e dos indivíduos.

O mesmo participante traz novos elementos para pensarmos a participação comunitária. Continuando a mesma fala ele conclui: “no meu entendimento, é esse compromisso, é essa dedicação, é essa luta [...] Então participação comunitária é missão, é compromisso, é projeto de vida” (liderança 3). As palavras “missão”, “luta” e “projeto de vida” falam de um posicionamento político dos indivíduos perante o mundo e a sociedade, um posicionar-se permanente, uma disposição para superar os desafios e construir a vida. Quanto a esse caráter permanente e longitudinal da participação comunitária, a mesma liderança destaca: “a participação comunitária não tem horário, não tem tempo, não é? Ela não determina tempo, a enchente não determina tempo, ela vem de madrugada e você tem que tá posto” (liderança 3). Aqui ele refere-se à realidade, já vivida no bairro, do enfrentamento das enchentes do açude Mocambinho, para exemplificar esse posicionamento permanente que é próprio da participação comunitária.

Aqui os sentidos (pessoais) colocados sobre a participação comunitária (significado), para os participantes usuários, trazem bastante a idéia de doação, compromisso e dedicação. Cabe esclarecermos um pouco o que estamos chamando de significados e sentidos, pois estes são fundamentais para compreender a participação comunitária enquanto fenômeno psicológico. A partir de uma leitura de Vigotsky, Marta Kohl de Oliveira (1992) destaca que existem dois componentes do significado da palavra: o significado, que se configura como sistema de relações objetivas que se formou no processo de desenvolvimento da palavra, que é compartilhado socialmente e tem certa estabilidade; e o sentido, que é o significado da palavra para cada indivíduo, composto a partir das relações construídas no contexto de uso da palavra e vivências afetivas do indivíduo. Nas palavras da autora: “O sentido da palavra liga o seu significado objetivo ao contexto de uso da língua e aos motivos afetivos e pessoais dos seus usuários. Relaciona-se com o fato de que a experiência individual é sempre mais complexa que a generalização contida nos signos” (KOHL DE OLIVEIRA, 1992).

A palavra participação comunitária, nesta pesquisa, aparece prenhe de sentidos que nos levam a pensar em experiências pessoais vividas em um contexto histórico-cultural, onde as atividades socialmente significativas aparecem envoltas por lutas para concretizar sonhos de uma comunidade melhor, por sentimentos de viver o que é comum e pela construção de projetos de vida numa perspectiva solidária.

Prosseguindo na busca de compreender a participação

comunitária, traremos um pouco mais da experiência das lideranças comunitárias nos processos participativos. Vejamos a fala abaixo, que explicita um pouco o dilema da “missão” da participação comunitária:

Eu vinha dizendo isso há alguns dias, que: ‘eu já dei a minha parte, já fiz a minha parte’. E depois fui refletir se é... se é esse o discurso que eu quero reafirmar, que a minha contribuição terminou [...] E eu acho que não é isso. Não dá pra ser assim né? [...]essa semana eu descobri de 18 famílias do Boqueirão (*uma outra comunidade de Sobral*), que tão sendo colocadas pra fora. Que moram lá há 51 anos. Os roçados dessas famílias foram destruídos todos. Então as famílias estavam amedrontadas [...] Então assim, me parece que isso indigna a gente e diz assim ô: “tua missão não terminou” (liderança 3).

Na experiência relatada, a participação comunitária é associada a um sentimento de indignação, que nos remete ao que discutimos anteriormente sobre o sentimento de amor ao outro, um envolvimento com a realidade e um compromisso social.

Outra liderança fala de sua experiência com processos de participação comunitária, compartilhando o que já aprendeu:

eu cresci aqui vendo pessoas que assim, é... líderes comunitários, né... acho que é esse o nome... que eu, quando criança, me ensinaram muito né. Assim, reivindicavam coisas pra gente, mas que extraíam alguma coisa de bom pra mim, de mim, se preocupavam [...] E assim, eu considero mestre aquelas pessoas que me ensinaram através de exemplos, né. E aí tem um monte de pessoas aqui (liderança 2).

Em seu relato, ele manifesta que aprendeu ao ver e conviver com lideranças comunitárias e participar dos movimentos comunitários. Destaca que as lideranças são pessoas de referência para ele, “mestres” que “ensinaram através de exemplos”, pessoas que se preocupavam com ele, “extraíam alguma coisa de bom pra mim, de mim”. Fala da existência dos movimentos de participação comunitária em Terrenos Novos e de lideranças que foram

...a participação comunitária é associada a um sentimento de indignação, que nos remete ao que discutimos anteriormente sobre o sentimento de amor ao outro, um envolvimento com a realidade e um compromisso social.

presentes em sua vida. Na mesma fala, já trabalhada acima, o participante relatava que compreendia sobre participação comunitária como capacidade de amar e se envolver com as pessoas. Aqui o resultado do “amor recebido” gerou ensinamentos aprendidos desde a infância.

Em outras falas podemos discutir outros aspectos da participação comunitária, a partir da experiência vivida pelo participante da pesquisa, onde são abordados aspectos da vivência de ser liderança comunitária:

eu acho assim a importância dessa comunicação que eu tenho com as pessoas, mas eu acho que é cabe, cada pessoa, se dedicar em busca dessa aliança de comunidade[...] E aonde eu to hoje, assim, em termos de... tanto faz ser na área da saúde, como na parte religiosa, eu tenho essa gratidão de ter buscado em mim mesmo, às vezes lá em casa digo “ninguém me valoriza”, mas eu sou tão valorizado lá fora (liderança 1).

Sua experiência é relatada como uma busca de uma “aliança de comunidade”, que envolve um processo de comunicação com as pessoas. Para ele, cabe a cada pessoa cuidar disso, se dedicar nessa busca. Em seu relato, expõe que sua trajetória como liderança o faz ser valorizado, muitas vezes, mais do que em sua própria casa. Ele prossegue na mesma fala:

É em prol da minha comunidade que eu vou buscando essa aliança, essa comunicação [...] essa maneira de eu falar e crescer

dentro da minha própria comunidade e levar pra essas pessoas, assim, é... eu não me acho dessas pessoas capazes... eu tiro de um grupo de jovens, que são pré-universitários, conversando comigo, diz ó: "liderança 1, tu é uma pessoa excelente, tu já tem todas as técnicas que nós precisamos que você ta falando aqui pra nós, que nós não temos esse conhecimento e tamo em busca agora" [...] Nê, quer dizer que eles me valorizam, vão em busca de conhecimento de boas novas e... algo que eles ainda tem muito que aprender comigo como liderança, como pessoas que faz parte de uma comunidade e eu acho assim, a riqueza dessa... desse crescimento assim de comunicação né [...] Deu chegar às famílias e o pouco que eu sei repassar pra elas, não quero saber se eu to falando errado ou não, ou se eu to falando bem, ou se eu to falando bonito ou feio. Nessas reuniões grande, [...] que eu participo e falo, da forma que eu sei falar, e as pessoas me compreendem né e me valoriza porque eu to levando algo de especial assim, da minha comunidade, pra aquelas pessoas, conhecimento [...] Eu to no dia-dia na minha comunidade, eu to buscando esse conhecimento nas famílias pra mim relatar, nessas reuniões, que eu faço parte. Eu acho bonito esse termo de comunicação que eu aprendi (liderança 1).

A experiência como liderança lhe gerou um claro desenvolvimento pessoal no campo de sua habilidade comunicativa, o que lhe faz ser valorizado e reconhecido como uma pessoa com conhecimentos significativos sobre

A participação comunitária gerou uma ampliação de sua capacidade comunicativa, melhorando seu jeito de falar e construir relações, algo que fez com que fosse valorizado por si e pelos outros.

o lugar onde mora. Seu conhecimento sobre as famílias, sobre "algo de especial" da comunidade, é também um dos frutos colhidos com a participação comunitária. A troca de conhecimentos é algo destacado em sua fala. A participação comunitária gerou uma ampliação de sua capacidade comunicativa, melhorando seu jeito de falar e construir relações, algo que fez com que fosse valorizado por si e pelos outros.

Aqui percebemos como bem explicitado um fortalecimento do valor pessoal e poder pessoal (GÓIS, 2003; 2008), onde há o desenvolvimento de

um processo de desabrochar uma nova percepção sobre si mesmo, que aprofunda positivamente suas relações na família e na vizinhança, que o leva a participar ativamente da organização do seu bairro e das comissões reivindicatórias e políticas, valorizando a participação comunitária e a política como instrumento de cidadania e desenvolvimento comunitário (GÓIS, 2008).

O valor pessoal remete a um sentimento de valorização de si, "sentir-se capaz de viver, gostar de si mesmo, acreditar na sua capacidade de conviver e realizar trabalho são expressões do valor pessoal. Quanto ao poder pessoal, é a capacidade de influir na construção de relações saudáveis com os outros e com a realidade" (GÓIS, 2003). Valor e poder pessoais, pela experiência exposta, podem ser processos intimamente ligados à participação comunitária.

Aqui, novamente, a participação comunitária se revela como um vigoroso processo de construção de conhecimentos, que dizem sobre a realidade do bairro e das famílias deste. Um processo ativo, onde conhecer e atuar andam juntos.

4 CONCLUSÃO

As discussões realizadas sobre participação comunitária foram bastante significativas e trazem elementos para pensar tanto as dimensões do conceito como a complexidade da realidade estudada. A pesquisa conseguiu apreender modos de conceber a participação comunitária a partir das experiências vividas com esse fenômeno no bairro Terrenos Novos.

A participação comunitária aparece como uma condição inerente ao ser humano, mas que é permanentemente construída num esforço de ação no mundo e de esperança

*...na busca permanente
de compreender e efetivar
processos participativos
numa perspectiva
fortalecedora dos indivíduos
envolvidos e construtora de
uma cultura democrática e
comprometida com o
bem-comum.*

na vida comunitária. A participação comunitária é qualificada como envolvimento com a realidade humana (das famílias) do bairro, como uma capacidade de amar ao outro independentemente da existência de laços consangüíneos. Apresenta-se enquanto co-responsabilidade com o que é comum. Tal percepção vem a destacar a configuração de um processo psicológico de sentir-se implicado com a realidade compartilhada com outros moradores de um mesmo lugar.

A participação comunitária é colocada como processo permanente, uma espécie de comprometimento, que manifesta um posicionamento frente ao mundo em que se vive e compartilha. A partir da construção de um "diálogo" entre as lideranças comunitárias e os autores pesquisados, a participação comunitária é compreendida como processo onde a atividade externa e atividade interna, objetivo e subjetivo, aparecem imbricados. A ação instrumental e comunicativa no mundo, em interação cooperativa, liga-se ao processo de aprofundamento da consciência e a transformação da realidade remete à transformação dos sujeitos. A participação comunitária aparece como uma questão de sentido e significado e se fortalece nos processos dialógicos e cooperativos.

Para finalizar, cabe destacarmos a importância de apreendermos os diversos sentidos pessoais e significados coletivos atribuídos à participação comunitária, nos múltiplos espaços comunitários, na busca permanente de compreender e efetivar processos participativos numa perspectiva fortalecedora dos indivíduos envolvidos e construtora de uma cultura democrática e comprometida com o bem-comum.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, L. Análise de Conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Avaliação para a Melhoria da Estratégia Saúde da Família. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

CREVELIM, M. A.; PEDUZZI, M. A Participação da Comunidade na Equipe de Saúde da Família. Como Estabelecer um Projeto Comum entre Trabalhadores e Usuários? *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 10, n. 2, 2005.

SCOREL, S. Reviravolta na Saúde: origem e articulação do movimento sanitário. 1. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

FREIRE, P. Educação como Prática de Liberdade. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GÓIS, C. W. L. Psicologia Comunitária: atividade e consciência. Fortaleza: Publicações Instituto Paulo Freire de Estudos Psicossociais, 2005.

_____. Psicologia Comunitária no Ceará: uma caminhada. Fortaleza: Publicações Instituto Paulo Freire, 2003.

_____. Saúde Comunitária: pensar e fazer. Saúde em Debate. São Paulo: Hucitec, 2008.

GONZÁLEZ REY, F. Pesquisa Qualitativa em Psicologia: caminhos e desafios. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2002.

KEIJZER, B. Los Discursos de la Educación y la Participación em Salud: de la evangelización sanitaria al empoderamiento. In: MINAYO, M. C. S. (Org.). Críticas e Atuantes: ciências sociais e humanas em saúde na América Latina. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

KOHL DE OLIVEIRA, M. O Problema da Afetividade em Vigotsky. In: TAILLE, Y. L.; KOHL DE OLIVEIRA, M.; DANTAS, H. Vigotsky, Piaget e Wallom: teorias psicogenéticas em discussão. Editora: Summus, 1992.

NASCIMENTO, L. M. J. Ler as Palavras, Ler o Mundo. Paulo Freire: a utopia do saber. Coleção Memória da Pedagogia. Revista Viver Mente & Cérebro. São Paulo: Duetto Editorial, 2005.

MARTÍN-BARÓ, I. Psicologia de la Liberación. Madrid: Editorial Trotta, 1998.

MERHY, E. E. O Conhecer Militante do Sujeito Implicado: o desafio em reconhê-lo como saber válido. Disponível em: <<http://paginas.terra.com.br/saúde/merhy>>. Acesso em: jul. 2006.

MINAYO, M. C. S. O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde. 9. ed. Revista e Aprimorada. São Paulo: Hucitec; 2006.

MONTERO, M. Introducción a la Psicología Comunitaria: desarrollo, conceptos y procesos. Buenos Aires: Paidós, 2004.

_____. La Participación: significado, alcances y límites. In: HERNANDEZ, E. (Coord.). Participación: ámbitos, retos y perspectiva. Caracas: Ediciones CESAP (Centro al Servicio de la Acción Popular), 1996.

UGALDE, A. Las Dimensiones Ideológicas de la Participación Comunitaria en los Programas de Salud en Latinoamérica. In: MENÉNDEZ, E. L.; SPINELLI, H. G. (Org.). Participación Social ? para qué? Buenos Aires: Lugar Editorial, 2006.

VALLA, V. V. Sobre Participação Popular: uma questão de perspectiva. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, n. 14, n. 2, p. 7-18, 1998.

VÁZQUEZ, M. L. et al. Participação Social nos Serviços de Saúde: concepções dos usuários e líderes comunitários em dois municípios do Nordeste do Brasil. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 579-591, mar./abr. 2003.